

José Paulo Lacerda/AE



Índias dançam ao redor de caminhão carregado de madeira no Pará

Festa celebra primeira safra de madeira tirada de terra indígena

MAURA CAMPANILI

Enviada especial

PARAUPEBAS – Os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e da Justiça, José Gregori, participaram ontem, na aldeia indígena Xicrim do Cateté, no sul do Pará, da celebração da retirada da primeira safra de madeira do Plano de Manejo Florestal desenvolvido pelos índios xicrins. Essa será a primeira vez que se comercializará legalmente madeira, em especial mogno, retirada de terra indígena no País. Estavam presentes também a presidente do Ibama, Marília Marreco, e o presidente da Funai, Glênio Alvares.

Para comemorar o sucesso do projeto, os xicrins, que são um subgrupo caiapó, fizeram uma festa, reunindo moradores de duas aldeias.

Iniciado há oito anos, o processo que levou ao plano de manejo sustentável numa reserva indígena foi iniciativa conjunta dos xicrins e da entidade ambientalista Instituto Socioambiental (ISA) e enfrentou dificuldades que foram da impossibilidade legal de se explorar recursos madeireiros em terras indígenas até problemas técnicos, financeiros e climáticos.

“Os xicrins foram os primeiros indígenas a conseguir a legalidade na exploração da madeira e para isso contaram com sua

força de vontade e a ajuda de parceiros”, disse Sarney Filho. “Espero que esse exemplo se espalhe para outros índios.”

Estrutura – Segundo Sarney Filho, o governo já investiu nesse projeto R\$ 490 mil do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, e deverá investir outros R\$ 500 mil nos próximos dois anos. O manejo conta ainda com a colaboração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), vizinha da reserva na Serra de Carajás, que investiu cerca de R\$ 350 mil no projeto, além de construir a estrada para a saída da madeira até Tucumã.

O Instituto Socioambiental procurou os xicrins em 1992, quando fez um estudo sobre a atividade madeireira na Amazônia. A partir daí, começou a batalha para tornar viável o projeto financeira e legalmente. Depois de muita negociação, o plano de manejo florestal foi aprovado, em 1996.

Segundo Gregori, atualmente essa atividade está prevista na Medida Provisória que altera o Código Florestal. “Se outros índios quiserem adotar a experiência, não enfrentarão nenhum impedimento legal.” Para Sarney Filho, o projeto pode significar uma mudança de comportamento em outras regiões. (Agência Estado)